

Editorial

<http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p245>

A produção científica de uma área não pode estar descolada dos problemas do seu tempo. Essa é uma posição que, desde a fundação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), tem orientado muitas produções da área em nosso país. Ao mesmo tempo, os sentidos dessa proposição apresentam-se como muito diversos: para alguns, a conexão com seu tempo refere-se às problemáticas sobre as quais a psicologia social deveria se debruçar; para outros, a conexão dar-se-á pelo interesse de intervenção concreta na realidade, com finalidade de transformá-la. Encontramos também aqueles que defenderão a necessidade de análise contínua do processo de produção científica, já que a ciência é uma prática social e sujeita a processos de poder, (in)visibilidades e reconhecimentos como as demais experiências sociais. Identificamos ainda, as perspectivas que defenderão a inclusão da dimensão histórica e política entre os princípios epistemológicos que deveriam embasar a produção do conhecimento científico em psicologia social.

Essas perspectivas não são excludentes, muitas se associam entre si e revelam intensidades diferentes de se pensar e produzir a conexão entre ciência, história e contexto, mas todas propõem o exercício de analisar e posicionar-se acerca da relação entre psicologia social e sociedade. Essa proposição, que pode parecer ampla e abstrata, necessitaria incluir de forma mais contundente em sua compreensão sobre *sociedade* a análise das condições de possibilidade da produção científica em psicologia social, em diversos contextos. Temos feito isso nas associações científicas e acadêmicas, mas nem sempre associamos tal dimensão às conclusões às quais chegamos em nossas produções que ganham visibilidade através da circulação dos periódicos.

O que chamamos aqui de condições de produção tem um caráter amplo: inclui desde as políticas

científicas em nosso país e também no contexto internacional (recursos, política de democratização da produção e difusão do conhecimento, política de publicação e avaliação institucional, etc.), mas também a liberdade (ou não liberdade) de refletir sobre determinadas realidades muitas vezes sobrepujadas por discursos, instituições e lógicas anti-democráticas. Questões de cunho ético que dificilmente serão ponderadas por um comitê de ética em pesquisa: é preciso garantir a liberdade de ir e vir de sujeitos, interlocutores de nossas pesquisas, mas como assegurar nossas liberdades quando propomos analisar realidades e contextos marcados por eixos de opressão, violência e “criminalização” da crítica tão intensos como o que temos presenciado no Brasil, na América Latina e em outros contextos nos últimos tempos?

Em tempos nos quais as instituições democráticas têm sido confrontadas por setores conservadores de nossa sociedade, é fundamental que reforcemos espaços de debate e proposição de políticas que garantam o livre pensar e o posicionamento crítico em nossas produções. Para tanto, precisamos falar mais sobre o tema. Fica o convite aos/às leitores/as da Revista Psicologia & Sociedade e aos/às interessados/as em publicar suas produções na revista.

Claudia Mayorga

Emerson Rasera

Luciana Kind

Marco Antônio Torres

Editores